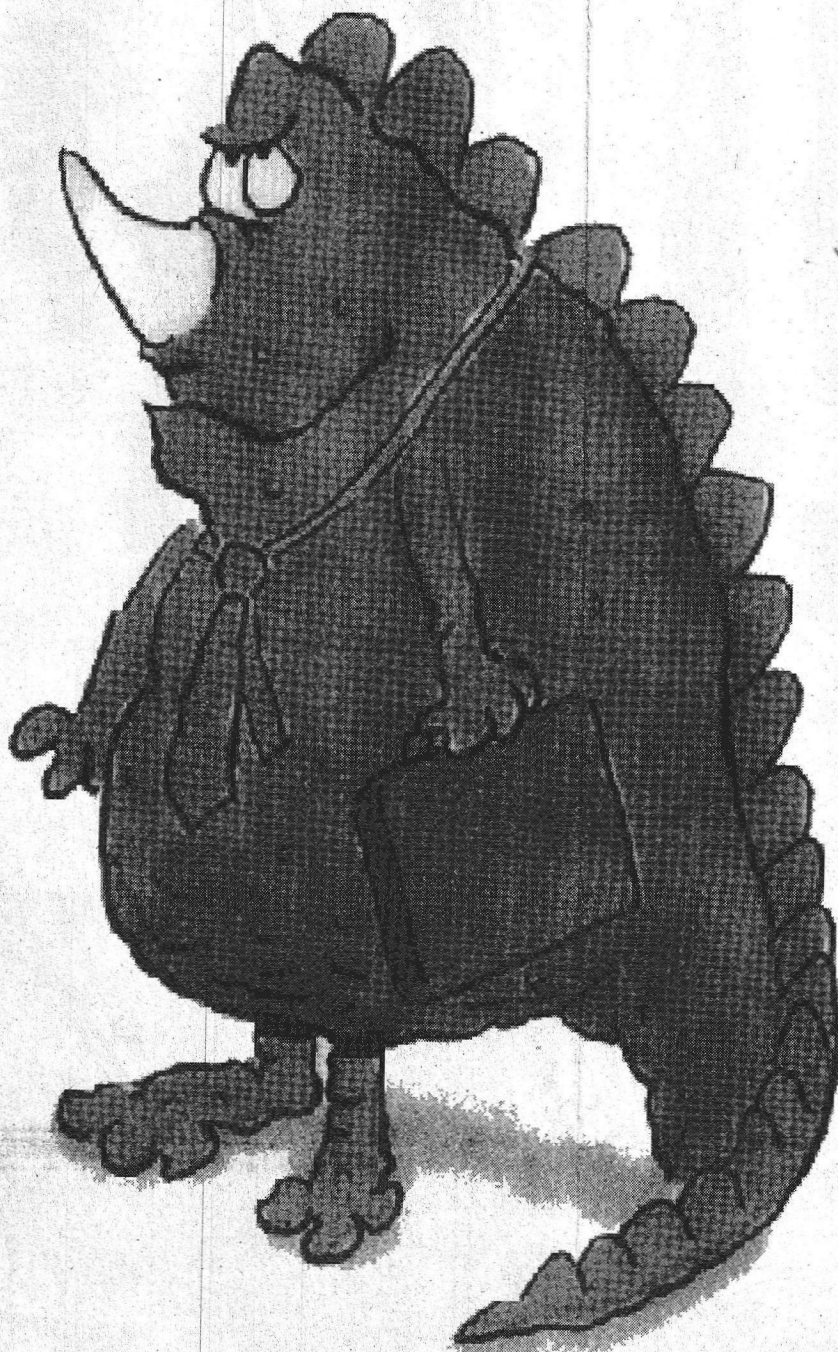


se7e
DIAS DA SEMANA

Brasília-DF
26/02/97

6

VOLTA ÀS AULAS SEM PROFESSOR



É estranho, para não se dizer cínico, o comportamento do governo federal no setor educacional. Isso porque 1996 foi considerado o “Ano da Educação” para o presidente Fernando Henrique Cardoso e seu titular do MEC, Paulo Renato Souza. Pasmem! Ninguém nunca sequer desconfiou que, o que passou, foi o “Ano da Educação”. E mais: 1997 será o “Ano da Saúde”! Imaginem, o ano em que o governo vai dar especial ênfase ao setor social mais esquecido do Brasil.

E o que fez o MEC no ano passado, pela educação, além de criar um grande tumulto com a implantação do “Exame de Suficiência”, a fim de se avaliar a qualidade do ensino nas faculdades? Nada. Os tais exames de suficiência vieram a comprovar o que para todo mundo é muito óbvio: nossos cursos de 3º grau vão muito mal! O MEC choveu no molhado, no mínimo.

Esta semana o ano letivo está começando em todo país. E, em todo o país a grita é grande: faltam professores, faltam vagas, faltam materiais didáticos etc. Só no Rio há um déficit de onze mil professores nas duas mil escolas de 1º e 2º graus. Pudera! Quem está disposto a enfrentar salas com 40, 50 ou mais alunos para ganhar R\$ 212,00 no fim do mês? É o que se está pagando aos professores. É sabido, no entanto, que em alguns espaços brasileiros, particularmente no Piauí, há professores ganhando 20, 30, 40 reais por mês! E o governo promove um

“show” para tentar descobrir como está nosso ensino. E a mídia toda aplaude esta “brilhante iniciativa” de nosso Ministro da Educação.

No Rio estão promovendo concursos emergenciais para preencher vagas de forma a reduzir o déficit de mestres, especialmente nas disciplinas de matemática, física, biologia, química, geografia e história. Mas, recentemente, em concurso para preencher 700 vagas para o magistério de 1º e 2º graus do Rio só 130 candidatos foram aprovados. É como vai nosso ensino que só o MEC ignora.

Alarmado (após o Ano da Educação), o ministro Paulo Renato Souza propôs a criação de um programa emergencial para enfrentar o desinteresse pelo magistério. Quer aproveitar profissionais de fora da área da pedagogia para lecionar. Pretende a organização de um curso por correspondência, de 240 horas, para engenheiros, médicos, economistas, jornalistas e outros, dispostos a melhorar a renda doméstica através de “bicos” em escolas. Ninguém, nessas condições, teria maiores compromissos com o ensino, transformando em “bico” a tarefa de ensinar.

É assim que o MEC pretende enfrentar a crise do ensino, após o “Ano da Educação”.

Essa proposta já foi rechaçada por varias entidades como a Associação Brasileira de Educação, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, a Associação Nacional de Pós-

Graduação, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação e outras. Educadores, técnicos da área da pedagogia e entidades ligadas ao magistério já se manifestaram contra o programa que prevê a distribuição de certificados (não diplomas) para os que participarem (não que forem aprovados, mas participarem) do curso por correspondência de 240 horas. Isso só agravará a crise no ensino, que hoje não consegue oferecer o mínimo que se exige do ensino.

Os verdadeiramente interessados na solução da crise educacional no Brasil estão cansados de oferecer sugestões, aprovadas em congressos e outros encontros, e que passam pela melhoria salarial, urgente, para o magistério, em todos os níveis, e pelo oferecimento de cursos de reciclagem e atualização para professores. O MEC está abarrotado de propostas dos que pensam e lutam pela educação no país.

Fora disso, o que se pretende é demagogia.

ALFREDO OBLIZINER